

Condições de trabalho docente: uma análise de Revistas de Educação da Bahia

*Osni Oliveira Noberto da Silva**

*Michael Daian Pacheco Ramos***

*Theresinha Guimarães Miranda****

*Miguel Angel Garcia Bordas*****

Resumo

O objetivo do presente estudo foi verificar por meio de revisão sistemática as produções acerca das condições de trabalho docente, publicadas em duas revistas acadêmicas no campo da Educação, mantidas por Universidades Estaduais da Bahia: a revista da Faeeba da Universidade do Estado da Bahia e a revista Práxis Educacional da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Inicialmente foi encontrado um total de 25 artigos, entre os quais foram analisados os títulos, resumos e em seguida os artigos na íntegra, sendo assim, selecionados 10 artigos. A partir dos achados nos artigos selecionados, concluímos que é extremamente necessário que ocorra o aumento na produção científica sobre as condições de trabalho dos professores, inclusive porque na atualidade esse tema é pauta de nas políticas educacionais do país, que passa por um momento de intensa discussão e iminentes reformas educacionais e trabalhistas, além do que, as condições de trabalho docente aparecem como uma exigência no Plano Nacional de Educação e com uma referência na LDB.

Palavras Chave: Trabalho Docente; Condições de trabalho; Revisão sistemática

1 Universidade do Estado da Bahia. Jacobina, Bahia, Brasil.

E-mail: osni_edfisica@yahoo.com.br. <http://orcid.org/0000-0001-5028-0889>.

2 Universidade do Estado da Bahia. Salvador, Bahia, Brasil.

E-mail: michaeluneb@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0002-7261-2714>.

3 Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, Brasil.

E-mail: tmiranda@ufba.br. <http://orcid.org/0000-0002-7762-7739>.

4 Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, Brasil.

E-mail: magbordas@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0001-5970-9581>.

Conditions of Teaching Work: an Analysis of Education Journals of Bahia

Abstract

The objective of the present study was to verify through a systematic review the productions about teaching work conditions, published in two academic journals in the field of Education, maintained by State Universities of Bahia: the Faeeba magazine of the State University of Bahia and the Praxis Educacional magazine of the State University of Southwest of Bahia. Initially a total of 25 articles were found, among which the titles, abstracts and the articles were analyzed in full, being thus selected 10 articles. Based on the findings in the selected articles, we conclude that it is extremely necessary that there is an increase in the scientific production on the working conditions of teachers, also because at the present time this theme is in the educational policies of the country, which goes through a moment of intense discussion and imminent educational and labor reforms, in addition to which, working conditions of teachers appear as a requirement in the National Education Plan and with a reference in LDB.

Keywords: Teaching Work; Work conditions; Systematic review

Condiciones de Trabajo Docente: un Análisis de Revistas de Educación de Bahia

Resumen

El objetivo del presente estudio fue verificar por medio de revisión sistemática las producciones acerca de las condiciones de trabajo docente, publicadas en dos revistas académicas en el campo de la Educación, mantenidas por Universidades Estaduales de Bahía: la revista de FaHeba de la Universidad del Estado de Bahía y la revista Práxis Educacional de la Universidad Estatal del Sudoeste de Bahía. Inicialmente se encontró un total de 25 artículos, entre los cuales se analizaron los títulos, resúmenes y luego los artículos en su totalidad, siendo así, seleccionados 10 artículos. A partir de los hallazgos en los artículos seleccionados, concluimos que es extremadamente necesario que ocurra el aumento en la producción científica sobre las condiciones de trabajo de los profesores, incluso porque en la actualidad ese tema es pauta de las políticas educativas del país, que pasa por un momento de intensa la discusión e inminentes reformas educativas y laborales, además de que las condiciones de trabajo docente aparecen como una exigencia en el Plan Nacional de Educación y con una referencia en la LDB.

Palabras clave: Trabajo Docente; Condiciones de trabajo; Revisión sistemática



Introdução

Os primeiros estudos sobre condições de trabalho docente datam dos anos 1950 do século XX, na França (PÉREZ, 2009). Atualmente as pesquisas no Brasil sobre o tema tem crescido muito nos últimos anos e já apresentam uma quantidade expressiva de estudos publicados.

Caldas (2010) desenvolveu uma pesquisa sobre as principais tendências nos estudos sobre o trabalho docente nos últimos 20 anos, analisando os artigos indexados nas bases de dados do BIREME/LILACS, CAPES, ANPEd, Revista Psicologia & Sociedade, Revista Psicologia da Educação, Revista Psicologia e Sociedade e Revista Psicologia, Reflexão e Crítica. A autora aponta que a temática de condições de trabalho docente é o segundo tema mais pesquisado, seguidos de estudos sobre identidade e representação social.

O estudo de Duarte (2010) também reforça a emergência de pesquisas sobre condições de trabalho docente. A autora desenvolveu uma pesquisa das produções acadêmicas (dissertações e teses) sobre o trabalho docente na educação básica no período de 1987 a 2007. A fonte utilizada para levantamento das produções foi o Banco de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Duarte (2010) afirma que foram encontrados 467 trabalhos, sendo 388 dissertações e 79 teses que abrangeram o período de 1987 (mais antiga produção relacionado com o trabalho docente no Banco de dados da CAPES) e 2007 (último trabalho disponível no período da coleta de dados), em suas conclusões, Duarte (2010) sinaliza que

De forma geral, as dissertações e teses desenvolvidas sobre o trabalho docente, no período estudado, têm buscado focar os processos de formação e de profissionalização, o exercício da docência, a construção da identidade docente, os processos de trabalho, **as condições e as relações de trabalho**, o processo de resistência, bem como o de abandono e o adoecimento dos profissionais da docência. Portanto, o trabalho docente é estudado em suas múltiplas variantes, apresentando conceitos e referenciais que devem ser compreendidos nas especificidades dos posicionamentos teóricos dos autores ou grupos de pesquisas que estão envolvidos (DUARTE, 2010, p. 7, grifo nosso).

A partir dos estudos de Caldas (2010) e Duarte (2010) podemos identificar que as pesquisas sobre as condições de trabalho docente apresentaram, a partir do início da década de 1990, aumento tanto no que tange a estudos de natureza quantitativa quanto qualitativa.

Atualmente temos pesquisas desenvolvidas em âmbito nacional, organizada pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO) que analisa as condições de trabalho docente em diversos estados no Brasil a saber: Oliveira e Vieira (2012); Oliveira; Oliveira e Vieira (2012), Maués *et al.* (2012), Duarte *et al.* (2012), Ferreira, Oliveira e Vieira (2012) e Azevedo, Oliveira e Vieira (2012), Cabral Neto, Oliveira e Vieira (2013); Vieira *et al.* (2013) e Oliveira e Vieira (2014).

Van Der Maren (1990) explica que o trabalho do professor, especificamente, é de um profissional que domina um conhecimento específico e frequentemente entra em contato com um grupo de pessoas (alunos), cuja relação entre o professor e o grupo é indispensável para o aprendizado de um conteúdo estabelecido socialmente através de decisões legais e culturais.



De acordo com Brito et al (2017), atualmente, com as políticas neoliberais cada vez mais presentes nos estados nacionais, ocasionando a transformação da educação em serviço, ocorre uma alteração no perfil do professor, focando na competência e na eficiência, com avaliações e condutas próximas a um trabalho em empresa. Ainda segundo os autores, com isso “o professor passa a operar dentro de uma imensidão de dados, indicadores, comparações e competições, em que a estabilidade é passageira e as motivações pessoais são substituídas pelas necessidades profissionais” (pág. 169).

Deste modo, Tardif e Lessard (2009) apresentam uma série de elementos sobre a carga de trabalho dos docentes que precisam ser levados em conta:

- Fatores materiais e ambientais, como a natureza dos lugares de trabalho e os recursos materiais disponíveis. Por exemplo, a insuficiência de material adequado, a falta de equipamento informático, a pobreza das bibliotecas [...].
- Fatores sociais, como a localização da escola (em meio rural ou urbano, num quarteirão rico ou pobre etc.) [...].
- Fatores ligados ao “objeto de trabalho”, tais como o tamanho das turmas, a diversidade das clientela, a presença de alunos com necessidades especiais e com dificuldades de adaptação e de aprendizagem, a idade dos alunos, o sexo, o nível de maturidade, etc.
- Fenômenos resultantes da organização do trabalho: o tempo de trabalho, o número de matérias a dar [...] as atividades paradidáticas, as atividades à noite, nos fins de semana, nas férias, etc.
- Exigências formais ou burocráticas a cumprir: observância dos horários, avaliação dos alunos, atendimento aos pais, reuniões obrigatórias, tarefas administrativas etc. (grifo nosso) (TARDIF; LESSARD, 2009, p. 113-114).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), promoveu a Conferência Intergovernamental Especial sobre a Condição Docente, ocorrida em 1966 na cidade de Paris, quando reafirmou a responsabilidade dos países no direito fundamental à educação, reconhecendo principalmente a importância dos docentes no desenvolvimento educacional, social e psicológico. Desta forma, o documento solicita que os países garantam aos docentes uma condição compatível com a valorização, “levando em consideração a grande diversidade de legislações e práticas que determinam as estruturas e a organização do ensino nos diferentes países” (UNESCO, 1998, pág. 3).

No Brasil, a Lei nº. 9.394/96 ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), apresenta, em seu artigo 67, os elementos fundamentais que precisam ser observados pelos diversos sistemas de ensino, afim de promover a valorização dos profissionais de educação:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III - piso salarial profissional;
- IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;



V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho. (BRASIL, 1996).

Antunes (2000) explica que os estudos atuais referentes as condições de trabalho dos professores não podem ficar à margem da compreensão sobre as relações diretas entre os problemas de precarização existentes no trabalho docente e a implementação de uma reorganização do capitalismo, observado através da precarização do trabalho e sua ampliação através de novos contratos, como a terceirização e o trabalho de meio período.

Compreendemos que as transformações ocorridas nas relações sociais impactaram na organização do trabalho em diversos âmbitos. O avanço da tecnologia, o crescimento vertiginoso da lógica capitalista, a reestruturação produtiva e a flexibilização do trabalho provocaram profundas mudanças na organização do trabalho, das relações de produção e da própria formação deste trabalhador. O trabalho docente, como parte do mundo do trabalho, também sofreu com essas interferências, tanto na formação de professores como na organização do trabalho para desempenhar suas atividades.

Prova disso são estudos que investigam novas configuração da precarização do trabalho docente. O trabalho de Neves (2013) buscou refletir sobre as condições de trabalho docente do ensino superior da rede privada de ensino na Educação à distância (EAD) em Minas Gerais e considera que a internet tem potencializado a intensificação dos processos de trabalho docente.

Silva e Guillo (2015) desenvolvem um estudo acerca do impacto das condições de trabalho e o nível de *stress* de professores. Os autores reforçam a premissa de que o estado de precarização do trabalho docente acarreta uma pressão no trabalho e consequentemente situações estressantes. Apontam ainda que fatores como idade, tempo de serviço, número de escolas, carga horária, dentre outros potencializam essa condição desfavorável de saúde dos professores.

Assim, este artigo segue com a descrição dos procedimentos metodológicos do estudo e em seguida é apresentado o resultado e discussão, com a apresentação dos artigos e sua análise a luz do referencial teórico apresentado.

Metodologia

Trata-se de um estudo de revisão sistemática realizado no período de 27 a 29 de abril de 2017 nas bases de dados das revistas acadêmicas no campo da Educação, mantidas por Universidades Estaduais da Bahia: a revista da FAEEBA da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a revista Práxis Educacional da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

A Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade¹ iniciou suas atividades no ano de 1992 na extinta Faculdade de Educação do Estado da Bahia, e hoje é ligada ao Departamento de Educação do Campus I da UNEB, produzindo atualmente 4 edições

¹ Link da revista: <http://www.uneb.br/revistadafaebea>



por ano. A Revista *Práxis Educacional*² é um periódico também quadrimestral, tendo seu primeiro número publicado no ano de 2005 e ligado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da UESB.

As duas revistas foram escolhidas por terem, segundo a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), os *Qualis* mais altos dentre as revistas mantidas pelas Instituições de Ensino superior do estado da Bahia, na área de avaliação nº 20, referente a Educação. Por se tratar de um critério de qualidade (ainda que polêmico), o qualis da CAPES atribui a esses dois periódicos o status de mais bem avaliados do estado.³

O recorte temporal foi dos artigos publicados nas revistas entre os anos 2012 a 2016. Como critérios de inclusão, foram aceitos somente artigos originais, em língua portuguesa, inglesa ou espanhola e disponíveis na íntegra de forma gratuita. Os descritores usados na busca foram: condição docente, condição de trabalho, trabalho docente. Na busca inicial foram encontrados 25 artigos, após a leitura dos títulos foram selecionados 17 artigos, após a leitura dos resumos sobraram 10 artigos e após a leitura dos textos na íntegra os 10 artigos foram mantidos, compondo assim a amostra final.

Segundo Medina e Pailaquilén (2010), a revisão sistemática é um método que vem sendo utilizado em contraponto às revisões tradicionais, porque “os pesquisadores precisam da Revisão Sistemática (RS) para resumir os dados existentes, refinar hipóteses, estimar tamanhos de amostra e ajudar a definir agendas de trabalho futuro considerados como seus sujeitos” (pág. 7).

Resultados e discussão

A amostra final da Revista da FAEEBA foi composta por 03 artigos e da revista *Práxis Educacional* encontramos uma amostra maior, 07. O quadro 01 apresenta os principais achados dos estudos sobre as condições de trabalho docente encontrados nestes periódicos.

Quadro 1 – Descrição dos artigos selecionados nas revistas da FAEEBA e *Práxis Educacional*.

Título	Autores	Edição e ano	Revista
Imagem do professor e atratividade da docência: enunciados sobre carreira docente na mídia impressa	Ana Paula Rufino dos Santos	v. 23, n. 42, p. 197-206, jul./dez. 2014	FAEEBA
O trabalho docente no início da carreira e sua contribuição para o desenvolvimento profissional do professor	Franciele Roos da Silva Ilha; Álvaro Moreira Hypolito	v. 10, n. 17 p. 99-114 jul./dez. 2014	<i>Práxis Educacional</i>
Valorização profissional docente nos sistemas de ensino de Minas Gerais e Pernambuco	Alexandre William Barbosa Duarte; Dalila Andrade Oliveira	v. 10, n. 17 p. 67-97 jul./dez. 2014	<i>Práxis Educacional</i>
O trabalho docente na rede pública do estado de São Paulo: apontamentos iniciais para a discussão da jornada de trabalho	Maria José da Silva Fernandes; Andreza Barbosa	v. 10, n. 17 p. 117-142 jul./dez. 2014	<i>Práxis Educacional</i>
A constituição da docência como profissão e seu vínculo com a construção do Estado e da política educacional no Chile	Carla Fardella; Vicente Sisto	v. 10, n. 17 p. 17-49 jul./dez. 2014	<i>Práxis Educacional</i>

² Link da revista: <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis>

³ Revista da Faeeba qualis A2 e revista *Práxis educacional* qualis B1.

Continuação

Título	Autores	Edição e ano	Revista
Formação continuada online para docentes que atuam no atendimento pedagógico ao escolar em tratamento de saúde	Jacques de Lima Ferreira; Marilda Aparecida Behrens	v. 25, n. 46, p. 121-139, maio/ago. 2016	FAEEBA
Saúde vocal e condições de trabalho na percepção dos docentes de educação básica	Gustavo Bicalho Gonçalves; Dalila Andrade Oliveira	v. 25, n. 46, p. 89-104, maio/ago. 2016	FAEEBA
Política municipal de valorização do magistério: analisando as percepções de professores	Ildo Salvino de Lira; Ana Lúcia Felix dos Santos	v. 12, n. 23 p. 319-351 set./dez. 2016	Práxis Educacional
O trabalho docente na contemporaneidade: da resignação à emancipação	Solange Martins Oliveira Magalhães; Rodrigo Roncato Marques Anes	v. 12, n. 23 p. 223-249 set./dez. 2016	Práxis Educacional
O piso salarial como insumo da valorização docente nos governos de FHC e Lula: da política de fundos à Lei do Piso	Eliara Cristina Nogueira da Silva Teixeira; Cláudio Pinto Nunes	v. 12, n. 23 p. 251-270 set./dez. 2016	Práxis Educacional

Fonte: Elaboração própria, 2017.

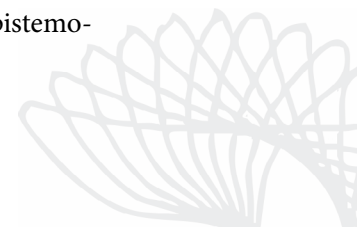
Os 10 artigos selecionados nas revistas científicas são pesquisas oriundas de estudos desenvolvidos em cursos de graduação e Programas de Pós-Graduação. Em relação a distribuição por região do país, 03 são procedentes da região Sudeste, 03 da região Nordeste, 02 da região Sul, 01 da região Centro-Oeste e 1 estrangeiro (Chile). Dos 03 artigos da região nordeste, apenas 1 é derivado de pesquisa de Universidade baiana, mais especificamente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Segundo Sidone et al (2016), a concentração histórica da produção científica brasileira nas regiões Sudeste e Sul (principalmente aos Estados que possuem Universidades públicas, tanto federais quanto estaduais, respeitadas no cenário acadêmico do país), vem decaindo. Atualmente é possível observar que há uma crescente desconcentração geográfica, o que pode ser confirmado na análise da origem dos artigos selecionados para esta revisão.

Percebe-se também que, apesar do recorte de nossa revisão ser de 2012 a 2016, em ambas as revistas, os estudos se concentraram nos anos de 2014 e 2016, com 5 artigos em cada ano. Apesar de não ser possível atestar que se trata de uma tendência de crescimento, esse número de produções acadêmicas sobre o tema das condições de trabalho docente se mostra extremamente importante, principalmente num momento político do país em que profundas reformas estão sendo discutidas e aprovadas no âmbito educacional e trabalhista, bem como houve em 2014 a aprovação da Lei nº 13.005/2014 denominada de Plano Nacional de Educação que, em suas metas, apresenta elementos relacionados com as condições de trabalho dos professores.

O primeiro dos artigos analisados é o de Santos (2014) que se debruça na investigação sobre a elaboração de discursos sobre a atratividade da carreira docente em textos jornalísticos que abordam assuntos relacionados à educação básica. A autora aponta que o objetivo do estudo foi compreender, a partir da intersecção entre “imagem do professor na mídia” e “atratividade da docência”, práticas discursivas de produção de representações da docência enunciadas em textos de reportagem.

Metodologicamente a autora emprega a análise foucaultiana do discurso, utilizando-se das categorias de interdição e exclusão, e os Estudos Culturais. Esta base epistemo-



lógica permitiu compreender que a sociedade contemporânea está embebida no mundo audiovisual, e dessa forma a mídia ocupa um lugar de destaque na aprendizagem, informação e produção de sentidos. Para isso, analisou 04 reportagens veiculadas entre 2010 e 2013 sobre a carreira docente no Brasil do arquivo on-line da Fundação Victor Civita.

Em síntese, Santos (2014) afirma que: a) no conjunto das práticas discursivas e de subjetivação a mídia ocupa um lugar de destaque no tecido social pois articula múltiplos discursos; b) os enunciados da mídia colocam em evidência dois universos discursivos diferentes, o conhecimento técnico por um lado e o conhecimento cotidiano e social pelo outro e; c) os meios de comunicação articulam a “atratividade docente” relacionando a importância que os professores possuem na qualidade da educação.

Outro artigo analisado foi de Ilha e Hypolito (2014) em que apresentam como objetivo discutir o trabalho docente no início da carreira e a contribuição para o desenvolvimento profissional docente. Os autores realizaram uma pesquisa bibliográfica a partir de outras investigações levando em conta o contexto de trabalho docente na escola pública no Brasil.

As principais considerações de Ilha e Hypolito (2014) foram: a) há uma série de situações regulares características do início da carreira docente, contudo nem todos professores vivenciam esses acontecimentos; b) antes mesmo de ingressar na escola, como docente, o professor já viveu inúmeras experiências; c) a produção científica sobre o tema está vinculada à descoberta dos problemas e desafios enfrentados na fase inicial da carreira da profissão docente e d) o ingresso na carreira docente conduz à possibilidade de uma identificação ou não com a profissão docente podendo suscitar o desenvolvimento profissional.

Em seguida analisamos o artigo de Duarte e Oliveira (2014) onde apontam que o texto é um desdobramento de pesquisas realizadas entre os anos de 2011 e 2013 no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGE/FaE/UFMG). Os autores buscam apresentar como as recentes reformas nos sistemas de ensino mineiro e pernambucano impactaram na problemática da valorização docente e seus efeitos sobre o poder de atratividade da carreira do magistério.

Duarte e Oliveira (2014) afirmam que os sistemas de ensino em Minas Gerais e Pernambuco passaram por grandes modificações nas últimas gestões estaduais, apontando políticas e ações que reforçam a necessidade de valorizar os profissionais do ensino. Contudo, pode-se identificar que muitas dessas políticas e ações contribuem com o processo de desprofissionalização da carreira docente⁴.

Duarte e Oliveira (2014) afirmam ainda que os planos de cargos e carreiras dos respectivos estados foram elaborados com base na meritocracia, enaltecendo avaliações que atrelam sucesso profissional aos índices de desempenho alcançados pelos estudantes nos testes padronizados.

4 A desprofissionalização da carreira docente é compreendida como o enfraquecimento da profissão do professor, que se dá, por exemplo, através da diminuição da oferta e qualidade da formação inicial e continuada, perda de direitos como estabilidade e achatamento salarial, da priorização em avaliação de desempenhos em detrimento da aprendizagem e a exclusão dos docentes da construção das políticas educacionais (JEDLICKI; YANCOVIC, 2010).



Portanto, Duarte e Oliveira (2014) consideram que para assegurar o direito à educação com a valorização dos seus profissionais, como apontam os documentos oficiais dos estados, é necessário modificar a direção das políticas aplicadas no sentido de: a) estimular a colaboração nas ações dentro do espaço escolar; b) evitar a padronização que ocorre atualmente por meio das provas; c) fortalecer a gestão democrática nas escolas; d) distribuir a responsabilidade do processo ensino-aprendizagem para o coletivo da Comunidade Escolar e e) profissionalizar os trabalhadores em educação garantindo o piso salarial, formação específica para cada cargo, um plano efetivo de formação continuada, dentro da carga de trabalho semanal, e garantia de condições adequadas de trabalho.

Por conseguinte, nos debruçamos na análise do artigo de Fernandes e Barbosa (2014) onde apontam que o objetivo do texto foi analisar a jornada de trabalho docente na rede estadual paulista, com foco nos professores dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Do ponto de vista metodológico, as autoras realizaram uma revisão de literatura e um levantamento da legislação relacionada à temática no Brasil e no estado de São Paulo.

Em sua análise, Fernandes e Barbosa (2014) consideram que as jornadas de trabalho dos docentes necessitam englobar não somente o tempo destinado para as atividades desenvolvidas em sala de aula, como também as atividades extraclasse. Destacaram ainda que o estado de São Paulo, ao promover, a partir de 2012, modificações na jornada de trabalho de seus professores, não contemplou adequadamente o tempo necessário para a realização das atividades extraclasse, divergindo do que aponta a legislação nacional.

Portanto, Fernandes e Barbosa (2014) apontam que essa organização da jornada de trabalho dos docentes paulistas acarreta sérios problemas para o desempenho dos professores, pois: a) leva o professor a cumprir um número elevado de tarefas em casa, sem remuneração, pois o tempo previsto para a realização das atividades extraclasse não é suficiente; b) intensifica o trabalho docente à medida que o número de horas previstas para o trabalho com os alunos continua elevado, acentuando o desgaste físico e mental e, em última instância, acarreta o adoecimento dos professores; c) fragiliza o trabalho coletivo, pois não há tempo previsto na jornada para organizar as atividades de forma realmente conjunta e d) contribui na redução da participação nas atividades sindicais.

Outro artigo analisado, cujos autores foram Ferreira e Behrens (2016), foi desenvolvido durante uma pesquisa aprovada pelo CNPq, intitulada “Eureka – Ambiente Virtual favorecendo a formação continuada online dos professores que atuam com escolares em tratamento de saúde”. Os autores apontam como objetivo analisar um processo de formação continuada online que foi ofertado aos professores que atuam no Atendimento Pedagógico ao Escolar em Tratamento de Saúde (APETS), modalidade de educação que pode ocorrer em diferentes espaços como hospitais, com crianças em processo de escolarização, mas que não podem frequentar a escola por estarem em tratamento de saúde.

Em relação aos aspectos metodológicos, Ferreira e Behrens (2016) classificam sua pesquisa numa abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, que envolveu 295 docentes de diversos estados brasileiros, que atuam no APETS. A coleta dos dados foi realizada através de dois questionários (processual e diagnóstico), com perguntas abertas e fechadas que propiciaram a análise de conteúdo baseada na perspectiva de Bardin (2011).



Os resultados de Ferreira e Behrens (2016) revelaram que o processo de formação online oferecido aos docentes que atuam no APETS contribui para o desenvolvimento profissional docente quando os construtos trabalhados na formação continuada contemplam a relação entre educação e saúde, numa visão inovadora que garanta a conexão entre a teoria e a prática.

O artigo analisado de Gonçalves e Oliveira (2016) discutiu a percepção dos professores da educação básica sobre suas condições de trabalho e sua saúde vocal. Os autores realizaram algumas análises de dados quantitativos decorrentes da pesquisa Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil (OLIVEIRA; VIEIRA, 2012), tomando como componente central as informações relacionadas ao afastamento do trabalho por problemas de saúde declaradas pelos docentes no momento da pesquisa de campo.

Gonçalves e Oliveira (2016) sistematizam três grupos de docentes segundo sua vivência de problemas de voz: o grupo E, sem problemas de voz; o grupo R, de risco para os problemas de voz; e o grupo D, diagnosticado com problemas de voz. Os autores analisaram esses grupos a partir de quatro níveis: características dos docentes, contexto profissional, contexto ambiental e contexto global. Foram ainda desenvolvidas análises qualitativas apoiadas nos relatos dos docentes em grupos focais.

Em síntese, de acordo com Gonçalves e Oliveira (2016), as principais considerações sobre a temática são: 1) o grande número de docentes que relatam problemas com a saúde vocal aponta um caráter crônico desses sintomas no ambiente escolar; 2) os dados da pesquisa sinalizam que o principal desafio para encarar esse problema perpassa para além da realização de campanhas e mudanças de comportamento, ou seja, há uma necessidade de pensar o ambiente e a organização do trabalho compatíveis com a saúde dos trabalhadores; c) o resultado da pesquisa aponta um estreita relação entre as variáveis ambientais e organizacionais com a saúde vocal docente; d) a extensa jornada e o número médio de alunos por turma são importantes fatores de risco para os problemas de voz relacionados ao trabalho e e) os docentes apontam que a redução do número de alunos por turma e a dedicação exclusiva a uma única unidade educacional como medidas para a melhoria do seu trabalho.

Fardella e Sisto (2014) abordaram em seu artigo que analisamos, o processo de constituição contemporânea da docência articulada ao desenvolvimento do Estado e o lugar que toma a educação no projeto político e social. Os autores realizaram a pesquisa no Chile, com destaque especial a partir de 1973 da instalação do modelo neoliberal como referência na constituição do estado e educação.

Nesse sentido, Fardella e Sisto (2014) apontam que os princípios de implantação do modelo neoliberal (orientação para o mercado, descentralização e concorrência) redefinem o conceito de educação pública. Dessa forma, a educação é compreendida como um capital humano particular, um investimento, cujo retorno imediato seria principalmente para o indivíduo em detrimento da coletividade. Outro destaque dos autores é que esse modelo de gestão da educação pública privatizou a maioria das escolas, mas também privatizou o sucesso e o fracasso através do discurso do mérito e do empreendedorismo.

Fardella e Sisto (2014) afirmam também que no Chile, novos marcos regulatórios da lógica neoliberal colocou professores em um novo lugar na sociedade, através de uma série de mudanças na regulação do trabalho, na formação e na imaginação sobre



o que acreditamos ser um bom professor. Por fim, Fardella e Sisto (2014) assinalam que o modelo de gestão educacional articulada com os princípios neoliberal promove uma nova versão da profissão docente associada com imagens de competência técnica, independência, responsabilidade pessoal por resultados e de auto-gestão de próprio desenvolvimento profissional.

Prosseguindo nossas análises, o artigo de Lira e Santos (2016) busca compreender as percepções de professores acerca da política de valorização do magistério estabelecido pela gestão municipal do Recife. Os autores realizaram uma pesquisa com abordagem qualitativa, coletando os dados através de entrevistas semiestruturadas e de análise de documentos.

Lira e Santos (2016) identificaram que a categoria docente obteve algumas conquistas em relação à carreira, ao desenvolvimento profissional e as condições de trabalho, contudo, esses avanços não contemplaram em sua plenitude às expectativas iniciais dos professores. Os autores ainda apontaram que os docentes consideram que algumas medidas não se constituíram como conquistas, a saber, a extinção da gratificação de regência e coordenação que foram incorporadas aos vencimentos básicos, representando perdas salariais.

Os professores afirmaram enquanto ponto positivo o incremento na remuneração através da garantia de ascender na carreira por qualificação ainda no estágio probatório, criação de gratificações para os profissionais que atuam no ensino especial, reajustes do valor do tíquete refeição e concessão do acréscimo da jornada de trabalho (LIRA; SANTOS, 2016).

Sobre a questão do desenvolvimento profissional, Lira e Santos (2016) afirmam que os professores a consideram como ponto central da política de valorização do magistério municipal. Os docentes consideram que as ações empreendidas pela gestão do Recife estabeleceram como premissas a melhoria do exercício funcional e o desenvolvimento na carreira, especialmente com ações próprias de uma política de formação continuada. Já com relação às condições de trabalho, boa parte da rede física, principalmente a estrutura das escolas necessita de investimentos.

Por fim, Lira e Santos (2016) assinalam que as conquistas, segundo os relatos, foram provenientes da ação dos docentes articuladas aos vários movimentos organizados por intermédio do sindicato da categoria com a intenção de cobrar o cumprimento do amparo legal que define a valorização do magistério como direito.

Outro artigo analisado, dos autores Magalhães e Anes (2016), apresenta uma discussão sobre o trabalho docente enquanto elemento estruturante do trabalho capitalista, passando pela análise das contradições entre as condições de trabalho, formação e profissionalização docente, e finaliza a reflexão apontando o entendimento sobre a práxis como materialização do trabalho docente: podendo gerar uma tensão entre a resignação e a emancipação do professor. De acordo os autores, o ensaio se caracteriza como revisão bibliográfica, associada às pesquisas produzidas pela Rede de Pesquisadores sobre o Professor da Região Centro-Oeste.

Magalhães e Anes (2016) consideram a possibilidade de resistência pelo trabalho ao mesmo tempo que refletem as possibilidades de fortalecer e consolidar uma concepção de professor que tem como perspectiva a práxis enquanto compreensão de trabalho



eminentemente humano. Os autores ainda apontam a possibilidade de contribuir para a subversão do que tem sido orquestradamente imposto pelas políticas internacionais.

Portanto, Magalhães e Anes (2016) afirmam a intenção de materializar a perspectiva de entender o trabalho docente em condições mais humanas, respeitosas e dignas em relação à relevância que acreditamos ter os seus trabalhos em sociedade.

O último artigo analisado de autoria de Teixeira e Nunes (2016), apontam o objetivo de analisar como e com quais intencionalidades as políticas de valorização docente foram efetivadas nos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, observando as políticas de Fundos – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) – e, analisar o espaço ocupado pelo Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) nas agendas dos governos citados, verificando se as políticas implementadas por esses, corroboraram para a melhoria salarial dos professores brasileiros.

Dessa forma, Teixeira e Nunes (2016) apontam que o piso salarial nacional como insumo de valorização docente teve tratamento diferenciado nas agendas dos governos de FHC e Lula. Em relação ao FUNDEF, os autores afirmaram que embora tenha provocado melhoria salarial dos educadores, não garantiu uma referência nacional para o início de carreira, não atingindo o objetivo de valorizar o magistério da educação básica pública no Brasil.

Sobre o FUNDEB, Teixeira e Nunes (2016) apontam que este fundo, além de manter o mínimo de 60% dos recursos para pagamento dos profissionais do magistério, determinou a implantação de Plano de Cargos, Carreira e Remuneração para o magistério e instituiu o prazo de um ano para criação do Piso Salarial em lei específica, o que culminou na Lei n.º11.738/2008.

Nesse sentido, na análise dos 10 artigos, identificamos que os principais temas em relação às condições de trabalho docente foram sobre: a) atratividade na carreira docente; b) política de valorização e formação docente; c) jornada de trabalho e; d) saúde vocal dos professores. Portanto, identificamos que os 10 artigos analisados têm seguido a tônica dos trabalhos apresentados na introdução deste texto que buscam investigar as condições de trabalho docente.

Considerações finais

O objetivo do nosso estudo foi verificar, por meio de revisão sistemática, as produções acerca das condições de trabalho docente, que foram publicadas nas duas principais revistas acadêmicas no campo da Educação, mantidas por Universidades Estaduais da Bahia: a revista da FAEBA da Universidade do Estado da Bahia e a revista *Práxis Educacional* da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Os dados demonstram que, apesar da maior redistribuição dos estudos sobre condições de trabalho nas regiões do país, durante a nossa revisão foram encontrados 3 artigos produzidos no Nordeste, sendo que apenas 1 artigo foi ligado a Instituições de Ensino Superior na Bahia. Assim, é importante que os pesquisadores das Universidades da Bahia produzam outros estudos, ainda mais levando em conta as 2 revistas acadêmicas de qualidade, no âmbito da educação, que existem no estado.



É interessante observar que os estudos analisados apresentaram uma grande variedade em suas temáticas, ainda que inseridos dentro do estudo das condições de trabalho docente. Além disso é preciso registrar que alguns artigos, apesar de serem publicados em revistas do estado da Bahia, tem como lócus outros estados do país e até outros países. Essas informações podem indicar que esses artigos aparentemente não estão relacionados a grupos de pesquisa, com linhas definidas. Além do que, os próprios estudos parecem não dialogar entre si.

Desse modo, é importante que outros trabalhos possam ser produzidos, observando por exemplo se os autores dos estudos analisados nesse artigo possuem mais produções sobre o tema e estão inseridos em grupos de pesquisa no campo das condições de trabalho docente ou se esses estudos foram apenas produzidos para compor os números temáticos dessas revistas.

Assim, concluímos que é extremamente necessário que ocorra o aumento na produção científica sobre as condições de trabalho dos professores, inclusive porque na atualidade esse tema é pauta de debates no país, que passa por um momento de intensa discussão e iminentes reformas educacionais e trabalhistas, além do que, as condições de trabalho docente aparecem como uma exigência no Plano Nacional de Educação, do Plano Estadual e Municipal de Educação e com uma referência na LDB.

Referências

- ANTUNES, R. **El trabajo y los sentidos**. Montevideo: Grupo de Estudio del Trabajo, 2000.
- AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. **O Trabalho Docente na Educação Básica no Paraná**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.
- BRASIL. **Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRITO, Regivane dos Santos, PRADO, Jany Rodrigues, NUNES, Cláudio Pinto. **As condições de trabalho docente e o pós-estado de bem-estar social**. Revista Tempos e Espaços em Educação, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 10, n. 23, p. 165-174, set./dez. 2017.
- CABRAL NETO, Antonio, OLIVEIRA, Dalila Andrade, VIEIRA, Livia Fraga (Org.) **Trabalho Docente: desafios no cotidiano da educação básica**- 1ª ed. Campinas, SP: Mercado de letras, Natal-RN, 2013.
- CALDAS, Andrea do Rocio. Estudos sobre o trabalho docente. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 10, n. 30, p.353-365, maio/agosto, 2010. Disponível em: < <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=3613&dd99=view&dd98=pb> >. Acesso em 20 de fevereiro de 2017 as 11:11h.
- DUARTE, Adriana *et al.* **O Trabalho Docente na Educação Básica em Minas Gerais**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.
- DUARTE, Adriana. A produção acadêmica sobre trabalho docente na educação básica no Brasil: 1987-2007. **Educar em Revista**. Curitiba, n. especial 1, p. 101-117, 2010.
- DUARTE, Alexandre William Barbosa; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Valorização profissional docente nos sistemas de ensino de Minas Gerais e Pernambuco. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 17, p. 67-97, jul./dez. 2014



FARDELLA, Carla; SISTO, Vicente. A constituição da docência como profissão e seu vínculo com a construção do Estado e da política educacional no Chile. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 17, p. 17-49, jul./dez. 2014

FERNANDES, Maria José da Silva; BARBOSA, Andreza. O trabalho docente na rede pública do estado de São Paulo: apontamentos iniciais para a discussão da jornada de trabalho. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 17, p. 117-142 jul./dez. 2014

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. **O Trabalho Docente na Educação Básica no Espírito Santo**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

FERREIRA, Jacques de Lima; BEHRENS, Marilda Aparecida. Formação continuada online para docentes que atuam no atendimento pedagógico ao escolar em tratamento de saúde. **Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 46, p. 121-139, maio/ago. 2016

GONÇALVES, Gustavo Bicalho; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Saúde vocal e condições de trabalho na percepção dos docentes de educação básica. **Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 46, p. 89-104, maio/ago. 2016

ILHA, Franciele Roos da Silva; HYPOLITO, Álvaro Moreira. O trabalho docente no início da carreira e sua contribuição para o desenvolvimento profissional do professor. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 17, p. 99-114, jul./dez. 2014

JEDLICKI, L.R.; YANCOVIC, M.P. Desprofissionalização docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

LIRA, Ildo Salvino de; SANTOS, Ana Lúcia Felix dos. Política municipal de valorização do magistério: analisando as percepções de professores. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 12, n. 23, p. 319-351, set./dez. 2016

LORENZO-RAMÍREZ, Nuria. La profesion docente: mirar desde diferentes lugares para dar un paso adelante. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 12, n. 22, p. 179-195, maio/ago. 2016

MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira; ANES, Rodrigo Roncato Marques. O trabalho docente na contemporaneidade: da resignação à emancipação. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 12, n. 23, p. 223-249, set./dez. 2016

MAUÉS, Olgaíses *et al.* **O Trabalho Docente na Educação Básica: o Pará em questão**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

MEDINA E.U.; PAILAQUILÉN, R.M.B. A revisão sistemática e a sua relação com a prática baseada na evidência em saúde. **Revista Latino - Americana de Enfermagem**, v.18, n.4, 2010.

NEVES, Inajara de Salles Viana. Condições de trabalho docente no ensino superior na rede privada na modalidade educação a distância. **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte, v. 22, n.1, p. 225-227, jan./abr.2013. Disponível em: < file:///C:/Users/Michel/Downloads/7454-17416-1-PB%20(1).pdf >. Acesso em 31 de outubro de 2017.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. **Trabalho na educação básica em Pernambuco**. Camaragibe – PE: CCS Gráfica e Editora, 2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga (org). **Trabalho na educação básica em Goiás**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

PÉREZ, Acacia Toriz. Condiciones de Trabajo y Malestar Docente en la Educación Secundaria Pública. **Anais do X Congreso nacional de investigación educativa**. Vera Cruz. 21 a 25 de Setembro de 2009.

SANTOS, Ana Paula Rufino dos. Imagem do professor e atratividade da docência: enunciados sobre carreira docente na mídia impressa. **Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 23, n. 42, p. 197-206, jul./dez. 2014



SIDONE, Otávio José Guerci; HADDAD, Eduardo Amaral; MENA-CHALCO, Jesús Pascual. A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. **TransInformação**, Campinas, 28(1):15-31, jan./abr., 2016

SILVA, Regisnei Aparecido Oliveira; GUILLO, Lídia Andreu. Condições de trabalho e estresse: um estudo com professores do sexo masculino da educação básica. **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte, v. 24, n.3, p. 153-166, set./dez.2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Michel/Downloads/7848-18655-3-PB%20(1).pdf >. Acesso em 31 de outubro de 2017.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Tradução de João Batista Kreuch. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TEIXEIRA, Eliara Cristina Nogueira da Silva; NUNES, Cláudio Pinto. O piso salarial como insumo da valorização docente nos governos de FHC e Lula: da política de fundos à Lei do Piso. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 12, n. 23, p. 251-270 set./dez. 2016

UNESCO. **Recommendation concerning the Status of Teachers, adopted by the Special Intergovernmental Conference on the Status of Teachers**, Paris, 5 October, Tradução de Jeanne Sawaya Revisão de Lúcia Maria Gonçalves de Resende, Paris: 1998

VAN DER MAREN, Jean-Marie. Les savoirs et la recherche pour l'éducation. In: ROY, G.R. (org). **Contenus et impacts de la recherche universitaire actuelle en sciences de l'éducation**. Sherbrooke: Éditions du CRP, 1990.

VIEIRA, Livia Fraga *et al.* **Pesquisa trabalho docente na educação básica no Brasil: sinopse do Survey nacional**. Universidade Federal de Minas Gerais, Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente. - Belo Horizonte, 2013.

Sobre os autores

Osni Oliveira Noberto da Silva

Mestre e Doutorando em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do Departamento de Ciências Humanas, Campus IV, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Michael Daian Pacheco Ramos

Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Doutorando em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Theresinha Guimarães Miranda

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado pela Umeå University, Suécia. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Miguel Angel Garcia Bordas

Doutor em Filosofia pela Universidad Complutense de Madrid, com pós-doutorado pela Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA).



